



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº
(ao PLP 68/2024)

Art. 1º. Suprima-se o trecho "e fantasy sport" do inciso VII do §1º do art. 406 do Projeto;

Art. 2º. Suprima-se a última linha da tabela que refere-se a "Fantasy sport" do Anexo XVII do Projeto.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024, comete preocupantes equívocos conceituais ao tratar do setor de Fantasy Sport, principalmente ao enquadrá-lo como passível de submissão ao Imposto Seletivo.

Há menos de um ano, esta Casa estava discutindo o tema e aprovou o que veio a se tornar a Lei nº 14.790, de 29 de dezembro de 2023, também conhecida como 'lei das Bets', que promove a delimitação legislativa da atividade de Fantasy Sport, seguindo o que já existe em outras jurisdições, classificando-o como modalidade esportiva e diferenciando-o das atividades lotéricas.

O caput do art. 49 da Lei nº 14.790/2023, de maneira expressa, diferencia o Fantasy Sport das modalidades de prognósticos como loterias, apostas e promoções comerciais. O parágrafo único deste mesmo artigo vai além e expressamente atribui ao Fantasy Sport a condição de modalidade de esporte (eletrônico). Portanto, faz-se necessário corrigir o disposto no PLP nº 68/2024 para dar o correto enquadramento à atividade do Fantasy Sport e retirá-lo do rol do “imposto do pecado”, uma vez que não apresenta malefícios à saúde pública ou ao meio ambiente - hipóteses de enquadramento para o Imposto Seletivo. Pelo contrário, trata-se de uma atividade esportiva eletrônica que



estimula o desenvolvimento de habilidades mentais e raciocínio lógico em seus usuários.

Segundo estudos realizados pelo Instituto de Ensino e Pesquisa - Insper, o setor de Fantasy Sport detém, em 2024, receita total de R\$ 75 milhões - valores exíguos frente as cifras bilionárias dos demais setores enquadrados no Imposto Seletivo. Destaca-se, de antemão, que o potencial de crescimento do setor de fantasy para os próximos anos é de 120%, caso a regulamentação seja correta e justa.

Apesar do grande impacto para a indústria de tecnologia e para os jovens brasileiros, trata-se de um setor cuja arrecadação representará um montante irrelevante para o orçamento público. Ainda que a alíquota de um possível Imposto Seletivo não tenha sido definida, mas assumindo que seja equivalente a outros setores e seja definida em 1%, esse montante representará uma arrecadação de R\$ 750.000,00, valores completamente irrisórios frente à necessidade de arrecadação do Estado.

Para que seja uma Reforma Tributária que gere um avanço e não retrocessos, é de grande importância que o setor de Fantasy Sport seja enquadrado de forma correta, reconhecendo as suas peculiaridades, diferenças, fraquezas e potenciais. Trata-se de uma indústria que é predominantemente composta por empresas startups, as quais necessitam não só de segurança jurídica para atrair investimentos, mas também possuem um funcionamento diferente de empresas consolidadas e precisam de incentivos para se desenvolverem.

A correção conceitual e adequado enquadramento das atividades de Fantasy Sport nesta Reforma Tributária permitirá a continuidade do crescimento desse setor. Caso contrário, estará fadado ao fracasso uma indústria com potencial de profissionalização e desenvolvimento tecnológico para o Brasil. Diante do



exposto, solicito o apoio dos nobres colegas para a aprovação da emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2024.

Sala da comissão, 23 de outubro de 2024.

Senador Weverton
(PDT - MA)

